

Nas «Relações internacionais da sabedoria» («9: pp. 206-220) vejam-se os «casos particulares» da mulher estrangeira, litígio com a multidão, o carinho devido à mãe idosa e o diálogo da conclusão (pp. 212-220).

Encerra-se com «Lista bibliográfica» (10: pp. 221-263) e «Índices» (11: pp. 264-275: textos egípcios, sumérios, acádicos, bíblicos, ugaríticos, aramaicos, árabes e gregos; autores e assuntos) e dois apêndices: transcrição hieroglífica do texto B e fotografias de fragmentos papirológicos.

Eis uma obra insubstituível em todo o estudo sério da literatura sapiencial egípcia. Só auguro que os alunos desta cadeira opcional da Faculdade de Letras de Lisboa disponham de uma versão em língua mais acessível.

José Nunes Carreira

ED NOORT, *Die Seevölker in Palästina* (Palaestina antiqua, 8), Kok Pharos, Kampen 1994. ISBN 90 390 0012 3

Apesar de mais conhecidos que os seus comparsas, graças à Bíblia e aos vestígios arqueológicos encontrados na terra a que deram o nome de Palestina, os Filisteus não escapam ao enigma geral dos Povos do Mar. «Este livro quer ser um apanhado crítico da discussão actual sobre os Povos do Mar na Palestina» (prefácio), com todos os dados literários e arqueológicos disponíveis e sem esquecer a fundamental interpretação dos relevos de Medinet Habu.

A «Introdução» (pp. 13-25) faz uma resenha do palco: nome, geografia e fundo histórico (-territorial) da Palestina em cronologia crescente – do reconhecimento da OLP por Israel, em 1993, ao tempo de Ramsés III (1184-1153 a. C.), que estampou os Filisteus com outros Povos do Mar no seu templo mortuário de Medinet Habu. Pelo caminho, sobe-se aos Cruzados, Árabes, Bizantinos, Romanos, Macabeus, Ptolemeus e Selêucidas, Persas, Babilónios e Assírios – o destino fatal e inglório de uma terra de passagem e conquista entre os grandes impérios de cada época.

Passa-se a «2. História dos Filisteus – as fontes literárias» (pp. 27-112), um capítulo fundamental não só para a história dos Filisteus, mas para esclarecer o mais possível o enigma dos Povos do Mar. Passam-se as fontes em revista minuciosa: fontes assírias, bíblicas (livros históricos e proféticos), egípcias e ugaríticas. A informação

do Antigo Testamento é sem dúvida a mais copiosa. Mas restringe-se aos Filisteus e a perspectiva não é a da moderna historiografia. A dos relevos e inscrições de Medinet Habu também o não é. Mas o historiador tenderá a apoiar-se mais neles do que num texto manifestamente religioso como a Bíblia. Mas qual será o grau de historicidade das fontes egípcias? O Autor só tenta a resposta (pp. 104-112), depois de apresentar os relevos *per longum, latum et profundum* (pp. 56-104), reproduzindo gravuras e pormenores (feitio e ornamentos dos capacetes), identificando os vários povos inimigos do Egito. «Os representantes dos Povos do Mar são apenas um episódio, como também mostram claramente as inscrições do ano 12» (p. 83). «Diga-se em resumo que a concentração na ligação de texto e imagem fornece logo um quadro surpreendente. Exceptuando os que usam boina II (*trs?*), que representam uma época passada e por isso só são apresentados como inimigos do Egito, todos os grupos que se distinguem iconograficamente aparecem em papel duplo. Actuam tanto como inimigos como como tropas auxiliares dos Egípcios» (p. 103). «Se seguimos a tradição das imagens de Medinet Habu, que se deixam igualmente completar com as notícias anteriores sobre os Povos do Mar, deparamos com diversos grupos que, num processo longo, por um lado representam uma ameaça para o Egito, por outro lado estavam incorporados no exército egípcio como tropas auxiliares» (p. 104). Tem que se pôr de lado a ideia dos Povos do Mar como furacão repentino, agressivo e avassalador (M. Noth, Strobel). As fontes egípcias contêm dados históricos, mas ao serviço de uma ideologia. Nem todas as destruições atestadas pela arqueologia nos fins do Bronze Recente se devem aos Povos do Mar. Houve uma série de terremotos devastadores em Ugarit e no Egito. É necessário separar história e ideologia. A substância da iconografia de Medinet Habu será para o Autor «a revolta de tropas auxiliares, que pouco tempo depois voltam a ficar sob controlo egípcio» (p. 109).

«A cultura material da planície costeira» (cap. 3, pp. 113-162) divide-se em cerâmica «filisteia», sarcófagos antropóides, arquitectura e pequenos achados. A maior representação da chamada cerâmica filisteia no mesmo sítio não ultrapassa 20%, e só em três lugares (Asdod, Ekron e *Tell Qasile*). «O que significa que nos sítios escavados com estratos 'filisteus', exceptuando os três mencionados, a parte de cerâmica 'não-filisteia' perfaz 80%» (p. 125). «Tanto quanto semelhança de forma e decoração se podem avaliar diacronicamente, só se pode seguir até Chipre o rasto de partes desta cerâmica, a que se atribui origem micénica» (p. 126).

Os sarcófagos antropóides, mais de cem, saltaram fora da discussão sobre pretensa origem filisteia logo na primeira frase programática (p. 128). Nos objectos de metal predominam os de fabrico local (38,1%) e de outras influências que não a micénica/Povos do Mar (p. 132). As figurinhas apontam para Chipre. Nem para a típica «asdo-da» se prova a origem micénica (p. 136). A arquitectura ou denota influência egípcia (Asdod) ou o carácter internacional (pp. 143-144).

A religião (cap. 4, pp. 169-178), mais difícil de definir que a cultura material, mostra a mesma continuidade e abertura a influências estrangeiras, em convívio com diversas tradições locais (p. 170).

A conclusão a tirar das fontes literárias e arqueológicas para a «história dos começos» (pp. 179-185) torna possível rever alguns pontos da imagem tradicional dos Filisteus. Nada aponta para que os *plst* tenham um lugar importante entre os recém-chegados no tempo de Ramsés III. O seu lugar proeminente receberam-no os Filisteus da visão posterior do Antigo Testamento. Para clarificar esta distância e a relação com a cultura cananeia da planície costeira, deve antes de mais afirmar-se que «os Filisteus não são 'só' os *plst*, mas os *plst* e os cananeus da planície costeira. Se partimos de 'Filisteus', então dificilmente se pode fazer uma distinção entre os elementos que pertencem genuinamente aos grupos de Povos do Mar e os que são cananeus. Para os Filisteus vale a *Mischkultur* internacional da planície costeira. Então os Filisteus já não são interpretados etnicamente, mas apenas geograficamente. Filisteus são assim não mais e não menos do que os habitantes da planície costeira meridional. A constante própria é o território, as designações de grupos apenas (muitas vezes insuficientes) construções de recurso» (p. 179).

Quanto aos Povos do Mar em geral, a conclusão tirada dos relevos e textos de Medinet Habu tem algo de semelhante diferenciação e reserva. A irrupção desses grupos não foi «uma conjuração em grande escala que tenha desencadeado um movimento unitário avassalador». Foram «incursões regionalmente limitadas, que no Norte tiveram mais o carácter de ataques de piratas. No Sul, tratou-se antes de revoltas de antigas tropas auxiliares, que pouco depois voltaram ao controle egípcio, no caso de atingirem o Egipto» (p. 180).

Eis uma lufada de ar fresco sobre a questão espinhosa dos Povos do Mar e especialmente dos Filisteus. A Obra recomenda-se tanto pela análise minuciosa dos textos e do material arqueológico pertinente, num e noutro caso com as mais recentes tomadas de posição dos investigadores, como pelo apoio de mapas e gravuras (figuras humanas, objectos, planos e alçados de edifícios), notas e bibliografia.

José Nunes Carreira